



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

CAROLINA CARVALHO RODRIGUES

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO
RECURSAL**

BRASÍLIA

2020

CAROLINA CARVALHO RODRIGUES

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO
RECURSAL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor MSc. Carlos Orlando Pinto.

BRASÍLIA

2020

CAROLINA CARVALHO RODRIGUES

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO
RECURSAL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Msc. Carlos Orlando Pinto

BRASÍLIA, 22 DE JUNHO DE 2020.

BANCA AVALIADORA

Professor MSc. Carlos Orlando Pinto

Professor MSc. João Ferreira Braga

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO RECURSAL

Carolina Carvalho Rodrigues

Resumo

O presente ensaio, por meio de pesquisa descritiva e bibliográfica, com base no ordenamento jurídico brasileiro, tem como objetivo demonstrar a aplicação dos negócios jurídicos processuais nos litígios que permitam autocomposição entre as partes, com especial ênfase no que se refere aos recursos. Importa dizer, que o advento do Código de Processo Civil, amparado pela cláusula geral de negociação prevista no artigo 190 deste diploma, propiciou o uso desse microsistema de forma mais expressiva. Ainda que de modo tênue, ante as exigências legais inerentes aos recursos que lhe conferem certa rigidez, as hipóteses que permitem a incidência de um acordo volitivo consensual, desde logo se mostram presentes no sistema recursal. Aborda-se com esse fim, alguns dos meios disponíveis para uso, bem como aspectos limitadores quanto a aplicação desse instrumento. A pesquisa possibilitou identificar que os acordos processuais, que pretendem através dos princípios do autorregramento das partes e da adequação procedimental proporcionar um melhor deslinde das causas, tem crescido de forma notável. Isso, consequentemente, repercute na seara recursal proporcionando-lhe eficiência e otimização prática com a adoção do respectivo instituto jurídico negocial nos procedimentos de instâncias superiores.

Palavras-chave: Direito Processual Civil. Artigo 190 do Código de Processo Civil. Autonomia das partes. Negócios jurídicos Processuais nos Recursos. Aplicabilidade.

Sumário: Introdução. **1** - Breves considerações sobre o modelo cooperativo do Código de Processo Civil. **2** - O artigo 190 do CPC e seus desdobramentos. **3** - Negócios processuais no Código de 1973. **4** - Negócios jurídicos processuais - Noções fundamentais. **5** - Dos negócios jurídicos processuais no âmbito recursal. **5.1** - Breves abordagens quanto aos recursos. **5.2** - Aplicabilidades dos negócios processuais. **5.2.1** - Negócios processuais nos requisitos de admissibilidade. **5.2.2** - Negócios processuais relativamente à renúncia e limitação de instância. **5.2.3** - Convenções processuais quanto às sustentações orais. **5.2.4** - Negócios processuais a respeito da suspensão convencional do andamento do recurso. **Considerações finais.**

Introdução

Pretende-se demonstrar com este trabalho acadêmico o contexto teórico e prático relativo ao instituto dos negócios jurídicos processuais, com ênfase de sua abordagem no que toca ao sistema recursal. Consiste a problemática em identificar as hipóteses que poderão ser empregadas nesse cenário dos recursos sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro. Por natureza, os recursos compreendem essência rígida proveniente das exigências legais de admissibilidade e das condutas distintas de tramitação, sustentadas por regras regimentais típicas de cada tribunal, por exemplo. À vista disso, a construção do trabalho será pautada na identificação dos benefícios, lícitos e efetivos, bem como dos impedimentos inerentes à realização dos respectivos acordos endoprocessuais.

O objetivo geral será identificar os tipos passíveis de serem aplicados no âmbito das instâncias superiores das Cortes jurisdicionais. Para tanto, o feito estruturar-se-á no sentido de descrever a origem desse instituto, apontando considerações sobre as inovações trazidas no Código de Processo Civil, em que houve o implemento do modelo cooperativo, bem como abordará sobre a cláusula geral de negociação esculpida no artigo 190 do diploma legal e seus desdobramentos vinculados às negociações das partes, com dissertação quanto a breves pontos no tocante aos negócios processuais existentes no Código de 1973. Ademais, ponderações serão feitas acerca das características dos negócios jurídicos processuais.

Versará, por fim, ao estudo desse instituto no campo dos recursos, exibindo como abordagem preambular ao tópico as informações pertinentes para uma adequada compreensão do que é recurso e seus objetivos. Ato contínuo, fará exposição dos tipos de convenções processuais aplicáveis aos recursos, com suas definições, possibilidades e impedimentos.

A intenção do presente ensaio se orienta na necessidade de estimular o exercício das convenções processuais no ordenamento jurídico com a finalidade de ampliar de modo progressivo o emprego destes instrumentos nas causas judiciais, inclusive, no bojo dos recursos. Sendo assim, busca-se agregar conhecimento adicional nessa esfera temática, que se revela em constante evolução na prática forense, repercutindo de modo favorável na composição dos conflitos, na evolução

das normas processuais e na instrumentalidade das partes. Uma vez que os negócios jurídicos processuais, que se tratam de assunto longo, mas rodeados de certa obscuridade até então, ganharam força e relevância e precisam ser fomentados.

A pertinência temática dos ensinamentos expostos, em que se certifica no exame do proveito das convenções processuais, delineado no molde cooperativo, visa beneficiar as partes litigantes, os operadores do Direito, advogados, magistrados, servidores e estudiosos do ramo processual civil.

A presente argumentação explora o tema por meio de revisão bibliográfica e descritiva. As informações se apoiam em arcabouço doutrinário e jurisprudencial, livros, legislação relativa ao tema, artigos e enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.

No tópico inicial, se examinará as mudanças trazidas com o advento do Código de Processo Civil de 2015 (Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015), no qual fortaleceu o modelo cooperativo de processo, com a finalidade de alcançar maior efetividade jurisdicional. Sob essa ótica, além de pontos acerca do diploma vigente, o tópico inicial apontará a distinção entre os modelos adotados no Código de Processo Civil de 1973 e o atual, em que a cooperação entre os sujeitos envolvidos substituiu o protagonismo dos magistrados, sem, contudo, eximir sua atuação.

Na sequência, o segundo capítulo fará ponderações referentes ao artigo 190 do Código de Processo Civil, principal responsável por permitir a realização de adequações nos procedimentos por intermédio dos negócios processuais. O dispositivo mencionado estabelece a cláusula geral de atipicidade de negócios processuais e deve ser interpretado em conjunto com o artigo 200 do mesmo diploma, que evidencia a consignação de elementos jurídicos de caráter principiológico, tais como, os princípios da adequação procedimental e do respeito ao autorregramento da vontade das partes.

Tecendo considerações gerais acerca dos negócios processuais típicos previstos no revogado Código Processual, o capítulo 3 citará alguns exemplos, ao passo que também abordará quanto as posições jurídicas doutrinárias divergentes sobre esses negócios na estrutura normativa do Código de 1973.

A abordagem do capítulo 4 será com foco em demonstrar a relevância da aplicação do instituto dos negócios jurídicos processuais para melhor resolução dos litígios, através da participação efetiva e colaborativa dos sujeitos processuais envolvidos. Ressaltar-se-á, inclusive, a existência de divergência doutrinária quanto a existência do instituto em estudo, citando considerações gerais sobre a matéria. Ademais, ideias quanto às classificações dos negócios jurídicos processuais serão explanadas.

A parte final será dividida em subtópicos e dará ênfase as hipóteses concretas em que é possível aplicar essa concepção doutrinária e legal, que propõe opções de negócios processuais. A fim de introduzir o tópico, definirá recurso segundo a terminologia jurídica, os tipos cabíveis e os requisitos de admissibilidade exigidos à apreciação do mérito. Passará então ao exame pontual das hipóteses que se mostram aplicáveis, a começar pelos negócios processuais nos requisitos de admissibilidade, em que descreverá em que circunstâncias caberão os acordos processuais em cada pressuposto, buscando compreender sobre as possibilidades e vedações dos meios negociais nesse âmbito.

Por conseguinte, será feita breve abordagem sobre eventuais convenções no que tange a renunciar ao direito de recorrer, tanto unilateral quanto bilateral. Além de tratar a respeito do pacto de não recorrer, que se traduzirá em limitação de instância do litígio, salvo os casos vedados quanto a supressão de primeira instância. Ressaltando, que a renúncia não fará coisa julgada aos terceiros envolvidos no negócio processual, com explicações para tal ponto. Na sequência, serão aludidas circunstâncias admissíveis relativamente aos negócios processuais incidentes no contexto das sustentações orais. Versando o termo sobre as situações de negócios processuais possíveis com relação à suspensão convencional do processo, consequentemente traduzida pela ampliação dos poderes das partes na resolução das demandas.

Importante ressaltar, que não tem este trabalho o condão de esgotar as possibilidades de negócios típicos e atípicos aplicados sobre o campo recursal, mas, em suma, busca compreender no que for possível algumas perspectivas e ponderações que envolvem a temática e podem ser estimuladas para beneficiar a prática forense.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO COOPERATIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC).

O Código de Processo Civil de 2015 - doravante denominado CPC¹ -, veiculado pela Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015, em seu advento trouxe um arcabouço normativo dotado de modificações e inovações que visavam proporcionar mudanças significativas no ordenamento jurídico nacional. Esse propósito pôde ser identificado desde seu anteprojeto de reforma.

Isso porque, já na exposição de motivos, a Comissão demonstrou sua preocupação quanto à elaboração e buscou identificar quais teriam sido os avanços incorporados ao sistema processual preexistente, bem como conservar o que fosse necessário e organizar tudo para que pudesse “deixar expressa a adequação das novas regras à Constituição Federal da República, com um sistema mais coeso, mais ágil e capaz de gerar um processo civil mais célere e mais justo”.²

Nesse sentido, assevera Alexandre Câmara:³

O processo civil brasileiro é construído a partir de um modelo estabelecido pela Constituição da República. É o chamado modelo constitucional de processo civil, expressão que designa o conjunto de princípios constitucionais destinados a disciplinar o processo civil (e não só o civil, mas todo e qualquer tipo de processo) que se desenvolve no Brasil. Começando pelo princípio que a Constituição da República chama de devido processo legal (mas que deveria ser chamado de devido processo constitucional), o modelo constitucional de processo é composto também pelos princípios da isonomia, do juiz natural, da inafastabilidade da jurisdição, do contraditório, da motivação das decisões judiciais e da duração razoável do processo.

Dessa forma, é de se concluir que o diploma legislativo em questão se baseou no modelo constitucional de processo com respaldo em princípios constitucionais norteadores que, inegavelmente, proporcionam às demandas processuais maior simplicidade, celeridade, economia, modernização e efetividade jurisdicional.

O Código de Processo Civil com vistas a cumprir seu objetivo de contribuir com o ordenamento jurídico, para atribuir maior efetividade na resolução de conflitos, adota

¹ A expressão CPC será ao longo do texto uma referência, unicamente, ao atual Código de Processo Civil, que aparecerá também como Código Fux. Do contrário, quando o texto fizer referência ao Código de Processo Civil de 1973, este será descrito como CPC de 1973.

² SENADO FEDERAL. Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>> Acesso em: 15 mar. 2020.

³ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 5.

o modelo cooperativo de processo. Na visão de Fredie Didier Jr., seria este o modelo mais adequado para uma democracia.⁴ O processo civil se transforma em uma “comunidade de trabalho”, no qual o franco diálogo entre todos os sujeitos ganha potencialidade com o fito de se chegar a uma justa e coerente solução ao caso proposto.⁵

Em complemento à ideia supra, Alexandre Câmara esclarece que o modelo constitucional de processo impõe um processo participativo, ou seja, policêntrico, em que a pessoa do juiz não será mais o centro, e a construção do resultado da atividade processual se dará pela condução do processo por seus partícipes (partes, juiz, Ministério Público), no qual todos são igualmente importantes para atingir esse fim.⁶

Deste modo, o princípio da cooperação, que tem como base a junção dos princípios do devido processo legal, da boa-fé processual e do contraditório,⁷ esculpido no artigo 6º do CPC de 2015,⁸ será o regente elementar das relações jurídicas processuais. Os sujeitos dessas relações cooperarão com o objetivo de adequar o processo às especificidades de cada litígio, necessidades dos envolvidos, prioridades e assim por diante.

Houve assim, abertura à participação das partes na resolução de suas demandas, situação antes pouco vivenciada, fortalecendo a “imagem do Estado Democrático de Direito, que exige participação dos sujeitos que estão submetidos a decisões a serem tomadas sobre situações que lhes digam respeito”.⁹ Visto que, o

⁴ DIDIER JR., Fredie. Os Três Modelos de Direito Processual: Inquisitivo, Dispositivo e Cooperativo. In: DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson. (coords.). *Ativismo Judicial e Garantismo Processual*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 207-217.

⁵ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords.) *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 58.

⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 9.

⁷ DIDIER JR., Fredie. Os Três Modelos de Direito Processual: Inquisitivo, Dispositivo e Cooperativo. In: DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson. (coords.). *Ativismo Judicial e Garantismo Processual*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 207-217.

⁸ Art. 6º: Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 6 abr. 2020.

⁹ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

Código de Processo Civil de 1973 (CPC de 1973), com todo seu formalismo, rigidez e rigor normativo, não seguia essa tendência colaborativa.

Daniel Mitidiero destaca que o Código Buzaid (assim chamado o CPC de 1973) tinha como características a individualidade, a patrimonialidade e o foco em uma tutela repressiva.¹⁰ Isso em razão de adotar o modelo inquisitivo,¹¹ conhecido também como publicista, no qual “o órgão jurisdicional assume a função de protagonista principal da relação processual”,¹² ou seja, “o magistrado é quem realiza a maior parte da atividade processual, especialmente no que tange à condução, ao desenvolvimento e à instrução do processo”,¹³ tendo uma atuação com expressivo protagonismo.

Segundo Bruno Garcia Redondo, a autonomia de vontade das partes (de convencionar sobre situações processuais), encontrou, como regra geral, espaço bastante limitado sob a égide do Código de 1973,¹⁴ situação que difere do atual diploma normativo. O legislador deste, buscando a quebra daquele paradigma publicista para diminuir o protagonismo judicial, parte de premissa diversa e se funda no princípio da adequação, em que são dotados de poderes tanto o juiz quanto as partes, para promoverem as necessárias adaptações no procedimento.¹⁵

Os códigos citados, por conseguinte, se fundamentam em premissas profundamente diferentes, principalmente, no que se refere a ampliação de poderes às partes, já que buscou o atual, maior “harmonização de diversos interesses”¹⁶ e um equilíbrio entre os sujeitos.

Nesse contexto, Antônio do Passo Cabral pontua que “ampliar o poder de autorregramento das partes não implica na eliminação da atividade do juiz, porquanto o paradigma do processo cooperativo está na repartição do poder na condução do

¹⁰ MITIDIERO, Daniel. O processualismo e a formação do Código Buzaid. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 183, p. 165-194, mai. 2010.

¹¹ REDONDO, Bruno Garcia. Negócios jurídicos processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 391-400.

¹² Ibidem, p. 392.

¹³ Ibidem, p. 393.

¹⁴ Ibidem, p. 393.

¹⁵ Ibidem, p. 394.

¹⁶ DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

processo”.¹⁷ Assim, se firma uma atuação conjunta nas demandas, em que a ação de uma figura não anula a atividade da outra.

2 O ARTIGO 190 DO CPC E SEUS DESDOBRAMENTOS.

O artigo 190¹⁸ do vigente CPC, certamente, foi o principal dispositivo a consignar a proposta relatada acima e dar espaço a novos princípios processuais. De tal modo que permitiu, clara e expressamente, às partes, a realização de adequações por meio de acordos tanto no procedimento, quanto para tratar sobre seus ônus, poderes, deveres e faculdades processuais.¹⁹ Com isso, o dispositivo mencionado, “consagrou verdadeira cláusula geral de atipicidade de negócios processuais, sendo ampla a liberdade das partes para celebração de convenções processuais”.²⁰

O entendimento conjunto do dispositivo supracitado e o artigo 200²¹, além do mais, evidencia a consignação de mais dois elementos vultosos ao ordenamento. Consoante Bruno Garcia Redondo, ante a clareza da redação desses dois preceitos jurídicos, o código consagrou, expressamente: (i) **princípio da adequação procedimental**: as partes podem promover adaptações no procedimento; (ii) **cláusula geral de atipicidade de negócios processuais**, ou cláusula geral de negociação: se refere à liberdade que detém as partes de convencionar; (iii) **princípio**

¹⁷ SOARES, Lara Rafaelle Pinho. A vulnerabilidade na negociação processual atípica. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias. (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 277-297.

¹⁸ Art. 190: Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁹ REDONDO, Bruno Garcia. Negócios jurídicos processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords.) *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 391-400.

²⁰ Ibidem, p. 395.

²¹ Art. 200: Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 20 abr. 2020.

do respeito ao autorregramento da vontade das partes: é a eficácia imediata das declarações de vontade das partes.^{22 23}

Dessa forma, esses elementos favorecem excelentes aspectos às relações jurídicas, uma vez que homenageiam os propósitos basilares do Código de Processo Civil em vigor, com o intuito de proporcionar celeridade, economia e efetividade às demandas.

Eis que se apresenta neste diploma, maior evidência ao instituto dos negócios jurídicos processuais – ou negócios processuais, apenas. Visto que, não se pode olvidar que este instituto não é uma inovação no ordenamento, porque o “Código de Processo Civil de 1973 já viabilizava a realização de negócios jurídicos processuais”.²⁴

3 NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE 1973.

Este código, basicamente, previa os negócios processuais típicos, materializando-os nas hipóteses de: eleição de foro (art. 111); desistência do recurso (art. 158 c/c art. 500, III); renúncia ao direito de recorrer (art. 502); suspensão convencional do processo (art. 265, II); adiamento da audiência por convenção das partes (art. 453, I); prorrogação da competência territorial pelo silêncio do réu (art. 114); entre outros.²⁵

Resta, no entanto, posição doutrinária divergente quanto a previsão de somente negócios processuais típicos no abolido diploma. Pois parte dela defende a ideia de que ele previa também negócios atípicos. Nesse sentido, Lúcio Grassi e

²² O autor dispõe, ainda, que essa eficácia imediata, ou seja, capaz de constituir, modificar ou extinguir, de plano, direitos processuais, se dará independentemente de homologação pelo juiz, ao qual é permitido o controle somente a posteriori e apenas aos defeitos relativos aos planos da existência e da validade das convenções. REDONDO, Bruno Garcia. Negócios jurídicos processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords.). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 391-400.

²³ Ibidem, p. 396-397.

²⁴ GOUVEIA, Lúcio Grassi de; GADELHA, Marina Motta Benevides. Negócios jurídicos processuais: “libertas quae sera tamen”. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias. (coords.). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 331-351.

²⁵ FACÓ, Juliane Dias. A aplicação do art. 190 do CPC/2015 ao processo do trabalho: compatibilidade dos negócios processuais atípicos com o ordenamento trabalhista. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords.). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 249-275.

Marina Motta²⁶ relatam que “alguns poucos processualistas acreditavam na possibilidade de realização dos negócios jurídicos processuais atípicos, com base no artigo 158”.^{27 28} E se firmam na corrente de que o “Código revogado acolhia tanto os típicos quanto os atípicos”.²⁹

Diante disso, com as convenções que já contava o código anterior, sendo, principalmente, as típicas, conforme corrente majoritária da doutrina, o que fez o legislador do diploma vigente foi dar maior destaque aos métodos de autocomposição. Bem como ampliar o rol dos negócios processuais típicos e aperfeiçoar alguns já existentes,³⁰ porque mesmo já disciplinados anteriormente, eles ainda não tinham notoriedade suficiente no ordenamento.

4 NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS - NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Os negócios processuais, sobretudo, são possibilidades diversas que dispõem os litigantes para solucionar suas lides, observados os limites necessários para isso. Nesse sentido, para Didier e Nogueira, “negócio processual é o fato jurídico voluntário, em cujo suporte fático confere-se ao sujeito o poder de escolher a categoria jurídica ou estabelecer, dentro dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais”.³¹

²⁶ GOUVEIA, Lúcio Grassi de; GADELHA, Marina Motta Benevides. Negócios jurídicos processuais: “libertas quae sera tamen”. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 331-351.

²⁷ Art. 158: Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 22 abr. 2020.

²⁸ Nesse sentido, os autores citaram, dentre outros, que um exemplo corriqueiro de negócios jurídicos processuais atípicos sob a égide do Código de Processo Civil seria em relação as alegações finais do processo pelo rito ordinário, que poderia mediante acordo ser substituída por entrega de memoriais ou até mesmo dispensada. GOUVEIA, Lúcio Grassi de; GADELHA, Marina Motta Benevides. Negócios jurídicos processuais: “libertas quae sera tamen”. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 331-351.

²⁹ Ibidem, p. 334.

³⁰ Op. cit., p. 253.

³¹ DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique. Teoria dos fatos jurídicos processuais. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 59-60.

Logo, é indubitável a pertinência do referido instituto para um melhor deslinde dos processos, pois parte da premissa de maior participação conjunta entre os sujeitos processuais, a fim de se alcançar uma decisão justa, efetiva e célere.

No que concerne à derivação dos negócios jurídicos processuais, sucede que a noção de negócio jurídico processual deriva da própria noção de negócio jurídico associada à de ato processual.³² Citado por Didier, Antônio do Passo Cabral, completa que, “o negócio jurídico é fonte de norma jurídica processual e, assim, vincula o órgão julgador, que, em um Estado de Direito, deve observar e fazer cumprir as normas jurídicas válidas, inclusive as convencionais”.³³

Relativamente à aceitação dos negócios processuais, existe divergência doutrinária. O tema é pulsante na doutrina brasileira e desperta o estudo e produção acadêmica,³⁴ situação que, conseqüentemente, impulsiona ideias divergentes. Assim, parte da doutrina se posiciona contrária ao negócio jurídico processual,³⁵ sob o argumento de que afronta a segurança jurídica e o devido processo legal.³⁶ Na concepção de Leonardo Carneiro da Cunha:³⁷

Em suma, as opiniões contrárias à existência dos negócios processuais partem do pressuposto de que somente há negócio jurídico se os efeitos produzidos decorrerem direta e expressamente da vontade das partes, o que não ocorreria no processo, ou porque os efeitos decorrem da lei, ou porque seria necessária a intervenção judicial para que se produzam.

³² ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais - Existência, validade e eficácia - Campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 244, p. 4. jun. 2015.

³³ CABRAL, Antonio do Passo. Convenções processuais: entre publicismo e privatismo. Tese de Livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2015, p. 240. Apud. DIDIER JR., Fredie. *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

³⁴ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

³⁵ Nesse sentido, Eduardo Talamini explica: “Por muito tempo controverteu-se acerca da própria existência de negócios jurídicos *processuais*. Para a corrente contrária à existência dessa categoria, haveria apenas negócios jurídicos materiais com conseqüências processuais: a vontade do sujeito seria relevante para a definição do conteúdo e efeitos materiais; o efeito processual seria prefixado em lei.” TALAMINI, Eduardo. Um processo pra chamar de seu: nota sobre os negócios jurídicos processuais. *Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini*, Curitiba, n. 104, out. 2015. Disponível em: <<https://www.justen.com.br/pdfs/IE104/Eduardo-um%20processo-pra-chamar.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2020.

³⁶ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

³⁷ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

A doutrina pátria, no entanto, se firma no sentido de que os negócios jurídicos processuais existem. O autor supracitado, relaciona Luiz Fux, José Eduardo Carneira Alvim, Luiz Guilherme Marinori, Sérgio Cruz Arenhart e Leonardo Greco, como alguns apoiadores desse instituto, pois admitem a existência de negócios jurídicos processuais em suas obras.³⁸

Pois bem, partindo do pressuposto de que os negócios processuais existem no mundo jurídico, pois seguirá o presente estudo essa corrente doutrinária, mister se faz tecer considerações gerais a seu respeito.

Os negócios processuais podem dividir-se em **típicos** e **atípicos**.

Típicos são os expressamente previstos em lei. Ou seja, são os “encontrados em dispositivos esparsos e específicos”³⁹ do novel diploma. Neles é dispensável o esforço da parte na sua regulação, por ser previsto e regulado por lei, porque, ainda que os negócios jurídicos impliquem liberdade de celebração e de estipulação em atenção à autonomia privada e autorregulação de interesses, isso não impede que determinados tipos sejam preditos pela legislação⁴⁰. Então, os já determinados nos diplomas normativos são os chamados negócios jurídicos processuais típicos.

Os **atípicos**, por sua vez, são os que encontram respaldo jurídico no artigo 190 do vigente CPC. Nesse viés, propõe Fredie Didier Jr.:⁴¹

Há a possibilidade de celebração de negócios processuais atípicos, lastreados na cláusula geral de negociação sobre o processo, prevista no art. 190, CPC, a principal concretização do princípio ao autorregramento processual.

Desse modo, os negócios processuais **atípicos** são os engendrados pelas partes que não se encaixam nos tipos legais, estruturados de modo a atender às suas

³⁸ Ibidem, p. 52.

³⁹ GARJADONI, Fernando da Fonseca. et al. Teoria Geral do Processo: parte geral: comentários ao CPC de 2015. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2019.

⁴⁰ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

⁴¹ DIDIER JR., Fredie. *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

conveniências e necessidades.⁴² Dando causa à chamada flexibilização do procedimento pelas partes, que o torna mais adequado, em homenagem ao princípio da adequação procedimental. Em síntese, negocia-se sobre o processo, alterando suas regras, e não sobre o objeto litigioso do processo”.⁴³

Os negócios típicos poderão ser de natureza **unilateral**, **bilateral** ou **plurilateral**. Em contrapartida, os atípicos só poderão ser bilaterais.⁴⁴ Os unilaterais se perfazem pela manifestação de somente uma vontade, enquanto os bilaterais, pela manifestação de duas vontades. Os plurilaterais, por sua vez, são os formados pela vontade de mais de dois sujeitos.⁴⁵

Em relação ao requisito de existência dos negócios processuais, estes têm como elemento nuclear “a manifestação ou declaração consciente de vontade, de uma ou de ambas as partes, visando o autorregramento de uma situação jurídica simples ou da eficácia de uma relação jurídica”.⁴⁶ E quanto a validade dos negócios jurídicos processuais, é necessário observar a previsão do artigo 104 do Código Civil.⁴⁷ Os requisitos serão: “ser celebrado por pessoa capaz; possuir objeto e objetivo lícitos; obedecer a forma prescrita ou não defesa em lei e, a perfeição da manifestação de vontade, isto é, livre de vícios”.⁴⁸

⁴² CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

⁴³ DIDIER JR., Fredie. Negócios jurídicos processuais atípicos no Código de Processo Civil de 2015. In: Revista Brasileira de Advocacia, vol. 1, ano 1. Flávio Luiz Yarshell (coord.). São Paulo: *Revista dos Tribunais*, abr-jun. 2016, p. 65.

⁴⁴ GARJADONI, Fernando da Fonseca. et al. Teoria Geral do Processo: parte geral: comentários ao CPC de 2015. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2019.

⁴⁵ DIDIER JR., Fredie. Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 106-107.

⁴⁶ MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano de existência, 14. ed., ver. São Paulo: Saraiva, 2007. p. apud DE ATAIDE, Jaldemiro Rodrigues. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 289-314.

⁴⁷ Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei. BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em: 15 jun. 2020.

⁴⁸ ATAIDE JR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 289-314.

Assim sendo, os requisitos supracitados são básicos e essenciais. Faz-se necessário, portanto, atentar-se ao cumprimento destes, para que os acordos processuais não sofram nulidades ou anulabilidades pela não observância dos pressupostos basilares. Feitas as considerações pertinentes ao tema como forma de abordagem introdutória ao próximo tópico, abordar-se-á, doravante, os negócios processuais com enfoque no sistema recursal.

5 DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO RECURSAL.

5.1 Breves abordagens quanto aos recursos.

Para melhor abordagem da matéria é preciso registrar breves ponderações quanto ao sistema recursal, que será o objeto de análise para aplicação dos acordos processuais tratados. O sistema abordado no presente trabalho é o *sistema recursal cível*, considerado o mais comum e geral, porquanto apesar de existirem seis, praticamente todos eles, ainda que de forma reflexa, se apoiam nos dispositivos do sistema cível.⁴⁹

Quanto a definição específica de recurso, embora tenha no vernáculo inúmeras definições para o termo recurso,⁵⁰ o que nos interessa aqui, é entender seu significado conforme a terminologia jurídica. O doutrinador Gediel Claudino de Araújo⁵¹ aponta em sua obra destinada à prática dos recursos, definição quanto ao ponto:

Dentro dessas perspectivas, o recurso procura atender à necessidade humana de revisão da decisão desfavorável, bem como garantir o acerto, dentro do possível, da decisão judicial. Destarte, o instituto do recurso pode ser conceituado como o direito, a faculdade, que a parte vencida, no todo ou em parte, tem de provocar o reexame da decisão judicial, com escopo de sua reforma ou modificação por órgão hierarquicamente superior. Em face desta definição, pode-se concluir que o pressuposto básico de qualquer recurso é a *sucumbência*, que nada mais é do que a desconformidade entre o que foi pedido e o que foi concedido pelo Estado-juiz.

⁴⁹ Segundo o autor, há seis sistemas processuais recursais no direito brasileiro: cível, falimentar, penal, trabalhista, eleitoral e militar. SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁵⁰ Recurso. [Do lat. *recursu*.] S.m. 1. Ato ou efeito de recorrer. 2. Auxílio, ajuda, socorro, proteção. 3. Meio, expediente. 4. Meio pecuniário; numerário. 5. Meio para resolver um problema; remédio, solução. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

⁵¹ JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. *Prática de recursos no processo civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Logo, “o termo *re cursus* suscita a ideia de um “curso para trás”, como que engendrando um retrospecto da causa para ulterior reexame”.⁵² Isto denota exatamente a ideia de recurso no instituto jurídico-processual, que é a de poder rever algum inconformismo, revisar atos processuais, averiguar eventual falha em decisões judiciais e conferir questões suscitadas no processo, por exemplo.⁵³

Em síntese, o Ministro Luiz Fux o bem define e pontua que: “o recurso é o instrumento jurídico processual através do qual, a parte ou outrem autorizado por lei pleiteia, voluntariamente, o reexame da decisão, com o fim de modificá-la, cassá-la ou integrá-la”.⁵⁴ Destaca-se, assim, a natureza voluntária que os recursos apresentam, tendo os jurisdicionados a faculdade de recorrer, e não obrigação, salvo os casos previstos em lei.⁵⁵

É notório que o recurso é um ato solene e sujeita-se as exigências legais, a fim de ser conhecido e admitido.⁵⁶ Araken de Assis preconiza que “quando admissível o recurso, mercê do cumprimento desses requisitos, se diz que ele é conhecido; inadmissível, ele é não conhecido”.⁵⁷

Assim, são cabíveis os tipos recursais previstos no rol do artigo 994 do CPC, quais sejam: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recurso ordinário; recurso especial; recurso extraordinário; agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência. Cumpre destacar, sobretudo, que “o recurso instrumentaliza o direito de recorrer, que guarda notáveis similitudes com o direito de agir”⁵⁸ e ambos exigem obediência a requisitos prévios.

⁵² FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. BDJur, Brasília, DF, 10 fev. 2010. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/27102>> Acesso em: 16 mai. 2020.

⁵³ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁵⁴ FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. BDJur, Brasília, DF, 10 fev. 2010. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/27102>> Acesso em: 16 mai. 2020.

⁵⁵ Os casos previstos em lei que exigem que haja uma espécie de recurso, são os chamados de duplo grau obrigatório de jurisdição. “A “voluntariedade” que marca os recursos distingue-os daquelas causas em função das quais a lei impõe uma dupla aferição jurisdicional antes de torná-las eficazes. Referimo-nos aos casos denominados de duplo grau obrigatório de jurisdição”. Ibidem, p. 2.

⁵⁶ DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÊS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: Jus Podivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

⁵⁷ ASSIS, Araken de. *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 293.

⁵⁸ Op. cit.

No entanto, os pressupostos de admissibilidade recursal diferem dos requisitos da ação (condições da ação), ainda que possa se fazer certa analogia entre eles.⁵⁹ “À averiguação do cumprimento dos pressupostos necessários à apreciação do mérito recursal, dá-se o nome de juízo de admissibilidade, o qual é obrigatório”.⁶⁰ Cada espécie recursal, entretanto, possui suas particularidades legais, com seus devidos requisitos a serem observados quando da interposição, além dos que a todos se aplicam.

Estes são os chamados **requisitos genéricos** de admissibilidade, que de um modo geral, são aqueles exigidos e aplicáveis a toda e qualquer espécie de recurso.⁶¹ A doutrina majoritária se firma no sentido de que os requisitos genéricos são divididos em requisitos intrínsecos e extrínsecos.⁶² Destarte, José Carlos Barbosa Moreira em sua classificação tradicional, propôs essa divisão em dois grupos, considerando os intrínsecos como sendo os atinentes à própria existência do direito de recorrer, que compreende o cabimento, a legitimidade, o interesse em recorrer e a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer; e os extrínsecos como os concernentes ao exercício daquele direito, que são a tempestividade, a regularidade formal e o preparo.⁶³

Por consequência, é consabida a relevância dos recursos no ordenamento jurídico para se alcançar uma prestação jurisdicional efetiva, que esperam aqueles que recorrem ao Poder Judiciário. Considerando as notáveis mudanças processuais ocorridas, em que, por exemplo, concedeu-se maior autonomia às partes, é preciso buscar compreender até que ponto podem valer-se de tal autonomia, quando a demanda visar a instância recursal. É o que adiante se demonstrará.

5.2 Aplicabilidades dos negócios processuais.

⁵⁹ MARTINI, Taís Cristina Carrero Zequini. Breves considerações sobre pressupostos recursais no novo Código de Processo Civil. São Paulo, out. 2015. *Caderno de Direito Processual Civil*. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/breves-consideracoes-sobre-pressupostos-recursais-no-novo-codigo-de-processo-civil/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

⁶⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁶¹ Op. cit.

⁶² PARIZ, Ângelo Aurélio Gonçalves. Os pressupostos de admissibilidade recursal. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/admissibilidade.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2020.

⁶³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*. 29. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

No que concerne a seara recursal, é preciso compreender que a fixação de negócios jurídicos processuais, parece ser, ainda, pouco notória, um tanto limitada. A propósito, questiona-se, é possível esse tipo de celebração na esfera recursal? No âmbito da primeira instância, a aplicabilidade tem sido vultosa, tendo a disposição das partes inúmeras opções para que convençionem entre si, conforme já elucidado. E no contexto dos solenes recursos, as possibilidades também se fazem presentes.

Certamente, tudo visto até aqui segue o objetivo de atender aos propósitos vislumbrados pelo vigente Códex processual. A pretensão da nova lei, como já visto alhures, teve “a tentativa de conferir ao processo uma marcha cuja duração fosse razoável sem a perda da qualidade de atuação dos órgãos que compõem o Poder Judiciário”⁶⁴ e, “no mesmo passo, evitar a tão debatida morosidade.”⁶⁵ Logo, buscam-se meios para aluir esse cenário.

A Ministra Nancy Andrighi, em trecho de voto proferido no acórdão do Resp 1.738.656/RJ⁶⁶, bem pontuou quanto a questão:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INVENTÁRIO. CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL ATÍPICO. CLÁUSULA GERAL DO ART. 190 DO NOVO CPC. AUMENTO DO PROTAGONISMO DAS PARTES, EQUILIBRANDO-SE AS VERTENTES DO CONTRATUALISMO E DO PUBLICISMO PROCESSUAL, SEM DESPIR O JUIZ DE PODERES ESSENCIAIS À OBTENÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA, CÉLERE E JUSTA. [...] 4. O novo CPC, pois, pretende melhor equilibrar a constante e histórica tensão entre os antagônicos fenômenos do contratualismo e do publicismo processual, de modo a permitir uma maior participação e contribuição das partes para a obtenção da tutela jurisdicional efetiva, célere e justa, sem despir o juiz, todavia, de uma gama suficientemente ampla de poderes essenciais para que se atinja esse resultado, o que inclui, evidentemente, a possibilidade do controle de validade dos referidos acordos pelo Poder Judiciário, que poderá negar a sua aplicação, por exemplo, se houver nulidade. [...] (STJ, 2019, on-line)

Assim, a intenção de integrar as atuações para se obter um resultado satisfatório capaz de mudar a realidade judiciária é evidente. No entanto, ainda assim, a morosidade jurisdicional é um aspecto que não pode ser desconsiderado, por tratar-se de situação real, ocasionada pelo enorme volume de demandas. Fato que

⁶⁴ DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÊS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

⁶⁵ Ibidem, p. 531.

⁶⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso especial n. 1.738.656-RJ. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Publicado no DJe de 05 dez. 2019.

transmite à sociedade sensação de deficiência na prestação da justiça, por esta não alcançar com louvor sua função de garantir a pacificação social.

É sabido, todavia, que não está nos recursos a responsabilidade primária para a demora na entrega da prestação jurisdicional, mas, imputa-se, com frequência, a eles o título de vilão da morosidade processual.⁶⁷ Os ditos negócios processuais, paralelo aos demais tipos de autocomposição,⁶⁸ bem como a implantação do processo judicial eletrônico, dentre outras medidas, têm se mostrado importantes meios para melhorar o cenário temporal das causas judiciais.

Se faz imprescindível, à vista disso, explorar a aplicação desse instituto no âmbito do segundo grau. Ou seja, se é possível estabelecer harmonia entre as convenções processuais e a dinâmica dos recursos. Isto posto, buscar-se-á compreender, no que for possível, as possibilidades e vedações do emprego de negócios processuais no âmbito recursal, sem ter, no entanto, o condão de esgotar todas as viáveis pactuações nessa esfera.

Por conseguinte, inicialmente, sucede quanto aos casos que envolvem requisitos de admissibilidade, citados no tópico acima.

5.2.1 Negócios processuais nos requisitos de admissibilidade.

Quanto ao **cabimento**, requisito utilizado para verificar qual recurso dentre as opções do artigo 994 do CPC concatena melhor com a espécie da decisão que será recorrida, entende-se não ser possível. “Haveria violação ao ditame da segurança

⁶⁷ RETES, Tiago Augusto Leite. **Limites às convenções processuais na sistemática recursal do processo civil brasileiro**. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁶⁸ Nesse sentido, Antonio do Passo Cabral relata: “Dentre as diversas espécies de atividades e métodos de autocomposição, a resolução destaca a negociação (art. 8º), a mediação (arts.9º e 10), a conciliação (arts. 11 e 12), as práticas restaurativas (art. 13 e 14) e, no que mais nos interessa, as convenções processuais, citadas juntamente com os outros tipos de mecanismos autocompositivos nos arts.6º, IV e V, e 7º, e disciplinadas com maior detalhamento na Seção V, nos arts. 15 a 17. CABRAL, Antonio do Passo. A resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público e as convenções processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 709-725.

jurídica, valor de inestimável importância”.⁶⁹ Por possuir natureza taxativa, porquanto bem definidos no rol do artigo mencionado os tipos cabíveis para rever decisões judiciais, não se mostra adequado convenções processuais para este requisito.

Nesse sentido, o doutrinador Araken de Assis⁷⁰ esclarece:

Nenhum ordenamento jurídico pode deixar à autonomia dos litigantes a instituição dos meios hábeis para impugnar as resoluções judiciais. Razões do mais elevado interesse público exigem que os litígios sejam extintos no menor tempo possível. Esse objetivo jamais se mostraria realizável na hipótese de o vencido, por iniciativa própria, criar mecanismo para impugnar o pronunciamento do órgão judiciário. Em tal contingência, o processo se prolongaria indefinidamente ou, no mínimo, seu término dependeria da aquiescência do vencido ao provimento. À vontade convergente das partes tampouco se concede a possibilidade de instituir via de impugnação. Só a lei federal, então, pode disciplinar os recursos, no uso da competência legislativa estipulada no art. 22, I, da CF/1988, e, por conseguinte, sua tipificação é predeterminada.

Em suma, verifica-se que houve certa preocupação do legislador em deixar bem delimitado o rol de cabimento recursal, para não tornar infundo o processo. “O referido princípio tem como principal objetivo a conciliação da celeridade com a justiça e segurança do provimento jurisdicional”.⁷¹ Sem dúvida, se as partes agissem conforme seus interesses, para criar um novo meio de impugnação que fosse mais adequado à sua demanda, seria improvável atingir este objetivo.

Além do que, a situação exposta configura um flagrante caso de afronta ao princípio da taxatividade. Este traduz que a existência dos recursos se subordina a expressa previsão legal, ainda que não seja a do estatuto de processo.⁷² Tratando-se, pois, de matéria de reserva legal. Logo, não se mostra razoável e nem lícito, permitir

⁶⁹ DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

⁷⁰ ASSIS, Araken de. Manual dos recursos (livro eletrônico). 1. ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2016.

⁷¹ NERY JR., Nelson. Teoria geral dos recursos. 6. Ed. Atual. Ampl. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 49. apud. LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁷² ASSIS, Araken de. Manual dos recursos (livro eletrônico). 1. ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2016.

a ocorrência de negócios processuais entre as partes sobre o cabimento e da criação de novos meios impugnatórios.

Inclusive, essa impossibilidade de negociação acerca da criação de novas modalidades recursais, se dá também em respeito aos princípios da igualdade e celeridade processual. Dado que, fosse isso permitido, as partes dispostas a acordar teriam mais chances de ter sua demanda analisada mais de uma vez pelo Poder Judiciário. Situação que se afiguraria como injusta e desigual perante os demais jurisdicionados.⁷³ Além de ser um estímulo para congestionar ainda mais os tribunais pátrios, comprometendo a celeridade.

No tocante a **legitimidade**, o artigo 996 do CPC positiva que “o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica”.⁷⁴ Legalmente, são estes os legitimados para interpor recurso. No entanto, poderia um terceiro adquirir legitimidade para recorrer em nome da parte? A questão aqui é verificar se por meio de um negócio jurídico seria possível conceder essa legitimidade.

É preciso, inicialmente, ter bem definido o que se entende por terceiro. Segundo Barbosa Moreira, “é terceiro quem não seja parte, quer nunca o tenha sido, quer haja deixado de sê-lo em momento anterior àquele que se profira decisão”.⁷⁵ Embora haja previsão expressa⁷⁶ de que os terceiros prejudicados podem recorrer, o ponto nodal aqui é compreender se resta possibilidade de terceiros alheios ao prejuízo, ou seja,

⁷³ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁷⁴ Art. 996. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 23 abr. 2020.

⁷⁵ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Direito Processual Civil – Ensaio e Pareceres*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 55. apud. LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁷⁶ De acordo com o parágrafo único do artigo 996 do CPC: Cumprido ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 23 abr. 2020.

aqueles que não foram assistentes ou litisconsortes na lide, recorrerem no lugar da parte. “Seria, em verdade, uma forma de intervenção de terceiro atípica”.⁷⁷

Pois bem. O posicionamento quanto a isso é positivo. Estender a legitimidade por meio de um negócio processual atípico é uma das possibilidades de convenção na seara recursal.

Embora decorra da lei os legitimados recursais, dando vigência ao artigo 190 do CPC que permite negociar também sobre situação jurídicas, isso pode ser flexibilizado. Deste modo, ainda que a regra geral seja a de ser necessário existir interesse jurídico no objeto da demanda para que se intervenha, pode tal ato ser factível por meios negociais atípicos. Nesse caso, deixa de ser primordial verificar o interesse como requisito, em virtude de que esse poderá ser jurídico, econômico, político ou fático.⁷⁸

Além disso, o enunciado 491 do Fórum Permanente de Processualistas Civis afirma que: “É possível negócio jurídico processual que estipule mudanças no procedimento das intervenções de terceiros, observada a necessidade de anuência do terceiro quando lhe puder causar prejuízo.” Logo, não resta óbice no ordenamento jurídico quanto a essa flexibilização, o que, conseqüentemente, autoriza que um sujeito pleiteie em nome próprio direito alheio, em consonância com o previsto no artigo 18 do CPC.⁷⁹

Em reforço ao delineado, no entanto, já ressaltando que o controle citado nada tem a ver com homologação, dado que as convenções não dependem dessa validação,⁸⁰ Fredie Didier Junior⁸¹ sustenta, coerentemente, que:

De todo modo, seja uma intervenção de terceiro atípica, seja uma intervenção de terceiro típica, cabe ao órgão jurisdicional controlar o ingresso de terceiro

⁷⁷ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁷⁸ Ibidem, p. 630.

⁷⁹ Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 24 abr. 2020.

⁸⁰ FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n. 133. (Art. 190; art. 200, parágrafo único) Salvo nos casos expressamente previstos em lei, os negócios processuais do art. 190 não dependem de homologação judicial. (Grupo: Negócios Processuais) Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2020.

⁸¹ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 541.

no processo. No caso de intervenção típica, o controle se limita à verificação dos requisitos legais para a intervenção; no caso da intervenção de terceiro de origem negocial, o controle se restringe ao exame do negócio processual: de sua validade (se as partes eram capazes, p. ex) e de seu conteúdo (verificar, p. ex., se o terceiro que pretende ingressar é aquele autorizado pelo negócio).

Além do que, tomando como base os mesmos fundamentos acima expostos, é possível estender, por meio de uma convenção, a possibilidade de recursos serem interpostos por meio dos assistentes simples de uma demanda, ainda que o assistido não o faça. Isso porque, “limita-se o assistente a auxiliar a parte principal, utilizando-se dos meios processuais postos à disposição dela (poderá requerer provas, apresentar razões de mérito etc.)”.⁸²

Dessa maneira, atuará o assistente como legitimado extraordinário,⁸³ não havendo objeção para que este opere pela via recursal em busca da defesa dos interesses que lhe recaiam, porquanto “autoriza-se negocialmente o assistente simples a interpor recurso, em nome próprio, na defesa dos interesses do assistido (e, conseqüentemente, dos seus próprios interesses)”.⁸⁴

Quanto ao requisito da **tempestividade**, tem-se que para ser admissível um recurso este deve ser interposto no prazo fixado em lei. Importa saber que esse prazo é o chamado prazo **legal**, pois positivado no artigo 1.003, § 5º do CPC;⁸⁵ **próprio**, já que se trata de prazo a ser cumprido pelas partes por meio de seus procuradores e, em princípio, **peremptório**, que não pode ser alterado pelas partes e nem pelo juiz.⁸⁶

⁸² Ibidem, p. 546.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁸⁵ Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão. § 1º Os sujeitos previstos no caput considerar-se-ão intimados em audiência quando nesta for proferida a decisão. § 2º Aplica-se o disposto no art. 231, incisos I a VI, ao prazo de interposição de recurso pelo réu contra decisão proferida anteriormente à citação. § 3º No prazo para interposição de recurso, a petição será protocolada em cartório ou conforme as normas de organização judiciária, ressalvado o disposto em regra especial. § 4º Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem. § 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias. § 6º O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 6 abr. 2020.

⁸⁶ DONIZETTI, Elpidio. Os prazos recursais. São Paulo, set. 2016. GenJurídico. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/09/07/os-prazos-processuais/>> Acesso em: 06 abr. 2020.

Na definição de recurso dada por Bernardo Pimentel Souza, o autor ratifica isso ao pontuar que se trata de um ato processual que pode ser praticado voluntariamente pelas partes legitimadas, em prazo peremptório.⁸⁷

Ademais, é preciso compreender que a tempestividade garante segurança jurídica e estabilidade ao processo, no sentido de não permitir que se pratique o ato quando precluso por transcurso de prazo, para que a demanda caminhe para frente. Além disto, enquanto requisito de admissibilidade de recurso, o não cumprimento, consequentemente, leva a formação da coisa julgada, situação ainda mais preocupante aos envolvidos.⁸⁸

Tudo isso leva a crer, pela impossibilidade de dilatar ou reduzir os prazos para interposição de recursos, através de pactuação, por serem peremptórios e relevantes para que a demanda siga seu curso.

No entanto, amparado pelo artigo 190 do CPC o cenário se torna outro. Sendo permitido, então, que haja, por meio de convenção entre as partes, a alteração dos prazos recursais, seja para majoração ou diminuição, concedendo, até mesmo, por meio do artigo 222 do CPC,⁸⁹ poderes ao Juiz para tanto, desde que tenha anuência das partes.

Assim sendo, especificamente quanto a interposição e impugnação recursal, é possível que as partes firmem um negócio processual, como por exemplo, o de “estabelecer que a apelação deverá ser interposta no prazo de vinte dias, e não de quinze”.⁹⁰ Bem como, que a impugnação será em vinte e não em quinze dias.

Nesse sentido também, é o **enunciado nº 19 do Fórum Permanente de Processualistas Civis**, que admitiu alguns negócios processuais relevante à esfera

⁸⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁸⁸ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁸⁹ Art. 222. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses. § 1º Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes. § 2º Havendo calamidade pública, o limite previsto no caput para prorrogação de prazos poderá ser excedido. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm> Acesso em: 24 abr. 2020.

⁹⁰ DONIZETTI, Elpidio. Os prazos recursais. São Paulo, set. 2016. GenJurídico. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/09/07/os-prazos-processuais/>> Acesso em: 06 abr. 2020.

recursal, como o acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza, acordo de rateio de despesas processuais, acordo para retirar o efeito suspensivo de recurso, dentre outros.⁹¹

Isto posto, há que se falar sobre a possibilidade de flexibilizar o requisito do **preparo**, que “é o recolhimento das custas e despesas processuais, inclusive porte de remessa e retorno dos autos”.⁹² Esse não se trata de um requisito que pode ser dispensado, por conta da deserção. Nem tampouco se encontra no poder das partes decidir quanto ao pagamento, comprovação ou redução de valor. “Isso porque é ao Poder Judiciário que cabe zelar pela regular comprovação do recolhimento dos tributos a ele relacionados”.⁹³

Logo, só caberá aos litigantes definir negocialmente, se for o caso, quem será o responsável por esse pagamento ao final da lide, se haverá rateio ou não, conforme expresso no enunciado citado. Destarte, não se mostra aceitável que haja negócio processual relativamente ao preparo e suas implicações.

No que concerne a **regularidade formal**, requisito em que se verifica a forma dos recursos, ou seja, quais requisitos legais devem ser cumpridos quando da interposição de determinado tipo de recurso, verifica-se certa rigidez. De fato, “o recurso, como os atos processuais em geral, deve obediência à forma, *modus procedenti*, prevista em lei. Não se pode, por exemplo, interpor o recurso de apelação

⁹¹ FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n. 19. (art. 190) São admissíveis os seguintes negócios processuais, dentre outros: pacto de impenhorabilidade, acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza, acordo de rateio de despesas processuais, dispensa consensual de assistente técnico, acordo para retirar o efeito suspensivo de recurso¹⁴, acordo para não promover execução provisória; pacto de mediação ou conciliação extrajudicial prévia obrigatória, inclusive com a correlata previsão de exclusão da audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334; pacto de exclusão contratual da audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334; pacto de disponibilização prévia de documentação (pacto de disclosure), inclusive com estipulação de sanção negocial, sem prejuízo de medidas coercitivas, mandamentais, sub-rogatórias ou indutivas; previsão de meios alternativos de comunicação das partes entre si. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC- RIO, no V FPPC-Vitória e no VI FPPC-Curitiba). Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

⁹² JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. *Prática de recursos no processo civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

⁹³ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

oralmente”.⁹⁴ Em vista disso, a vontade das partes não pode ter o condão de interferir nos preceitos exigidos, devendo cumpri-los conforme prescrito em lei.

Em relação ao **interesse recursal**, se mostra perigosa a possibilidade de permitir negociação, vez que abrir-se-ia margem para aviltar a boa-fé. Isto porque, o litigante poderia usar do recurso tão somente com o fito de protelar e ganhar tempo.⁹⁵ Além disso, Julia Lipiani e Marília Siqueira⁹⁶ sustentam:

Afinal, ao dispensar, por meio de negócio processual, a verificação do interesse, não haverá como justificar a continuidade da atuação do Estado, uma vez que, se não há interesse, não há como justificar o não estabelecimento imediato do estado de certeza, nem tampouco os gastos de tempo e dinheiro com a manutenção do processo.

Dessa forma, além da probabilidade de tornarem os recursos meios protelatórios com a ausência de interesse, este, enquanto requisito de admissibilidade, também se trata de uma das justificativas para prosseguir com a demanda. Então, não existindo interesse, não resta justificativa para que se prossiga com a prestação jurisdicional. A supressão negocial com relação ao interesse recursal, pois, não se mostra viável ao ordenamento jurídico.

5.2.2 Negócios processuais relativamente à renúncia e limitação de instância.

Inicialmente, importa relembrar que os recursos conforme visto alhures, não se tratam de um dever jurídico, exatamente por sua natureza voluntária. São, no entanto, um ônus processual, fato que, conseqüentemente, ainda que não apresentem recurso algum no processo, não sofrerão as partes nenhuma punição, podendo ocasionar, no entanto, em algumas dessas situações em que se vislumbra alterar situações jurídicas, uma condição inferior.⁹⁷

⁹⁴ JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. *Prática de recursos no processo civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

⁹⁵ DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÊS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

⁹⁶ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

⁹⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel; CARRILHO LOPES, Bruno Vasconcelos. *Teoria geral do novo processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

É o raciocínio seguido por Dinamarco e Lopes⁹⁸ ao enfatizarem que:

Diferentemente do cumprimento das obrigações e dos deveres, que se realiza em benefício de outro sujeito, o cumprimento dos ônus traz um benefício àquele que os cumpre, sempre em seu próprio interesse. Por isso o cumprimento dos ônus não pode ser exigido por quem quer que seja e seu descumprimento não é um ilícito, porque a ninguém prejudica, senão ao próprio sujeito que não os cumpre.

Então, não se discute quanto a dever de cumprimento quanto se trata de um ônus, como é o caso do direito de recorrer. Por isso, sendo o princípio da voluntariedade um dos primordiais quando se trata de recurso, é inegável concluir ser plenamente possível permitir e, considerar lícita, tal pactuação a respeito da renúncia recursal. “Se o direito de recorrer trata-se de direito potestativo, inexistem razões para que se impeça que as partes, isolada ou conjuntamente, abram mão de tal direito”.⁹⁹

Ademais, legalmente falando, a própria lei processual civil preconiza no artigo 999¹⁰⁰ a possibilidade de renúncia unilateral. Com isso, não subsistem motivos aparentes para óbice de eventual convenção no que tange a renunciar ao direito de recorrer. À vista disso, tratar-se-á a renúncia de uma possibilidade tanto unilateral, quanto bilateral.

Nessa mesma perspectiva, outro negócio processual que, via de regra, também tem natureza de renúncia, é o **pacto de não recorrer**. Ou seja, mutua e previamente, as partes decidem que ambas não recorrerão. Destarte, entende-se por pacto de não recorrer, “a estipulação, no curso do processo, inclusive, para que a demanda tramite unicamente em uma determinada instância”.¹⁰¹

Assim, embora cada um detenha da sua liberdade de escolher entre recorrer ou não de certa decisão judicial, por meio de convenção as partes podem se

⁹⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel; CARRILHO LOPES, Bruno Vasconcelos. *Teoria geral do novo processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

⁹⁹ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

¹⁰⁰ Sobre o assunto, Gediel Claudino de Araújo Jr. destaca: “A renúncia, que deve ser expressa e só pode ocorrer antes da interposição do recurso, é negócio jurídico unilateral e independe da aceitação da outra parte. Nesse sentido, a norma do art. 999 do CPC que declara expressamente que “a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte”. JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. *Prática de recursos no processo civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 22.

¹⁰¹ NOGUEIRA, Pedro Henrique. Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 93-104. n. 60.

manifestar, conjuntamente, sobre a vontade de não recorrer. Até mesmo ordenamentos jurídicos mundiais, como por exemplo, o francês e o português, admitem a supressão de instâncias, permitindo o pacto de prévia e conjunta renúncia ao recurso.¹⁰² Por isso, prospera a possibilidade de se firmar convenções para que ambos não recorram, ou seja, para **limitar a instância do litígio**.

Entretanto, é vedada a supressão de primeira instância. O Enunciado n. 20 do FPPC,¹⁰³ engloba esse tipo de acordo como um dos não admissíveis ao ordenamento. Realmente, essa permissão provocaria uma espécie de **recurso por salto**, que é defeso no ordenamento, por ser imprescindível respeitar as competências arroladas na Constituição Federal, em seus artigos 102 e 105, em relação ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

Dessa forma, verifica-se não ser adequado permitir, por meio de uma convenção das partes, que estabeleçam qual Tribunal Superior será competente para processar o dito recurso. Existem correntes favoráveis a essa possibilidade,¹⁰⁴ no entanto, majoritariamente, entende-se correta a proibição do ordenamento sobre não permitir a ocorrência do chamado recurso por salto.

Acrescente-se ainda que, mesmo tendo sido firmado acordo de renúncia ao direito de recorrer que sustenta, também, a renúncia a oposição de embargos de declaração, é possível que se faça uma ressalva quanto ao ponto. Isto é, sabe-se que os embargos declaratórios não têm o condão de reformar ou invalidar uma decisão

¹⁰² CADIET, Loïc. Les conventions relatives au procès en droit français. In: Accordi di Parti e Processo. Milano: Giuffrè, 2008, p. 27. Apud. NOGUEIRA, Pedro Henrique. Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 93-104. n. 60.

¹⁰³ FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.20. (Art.190) Não são admissíveis os seguintes negócios bilaterais, dentre outros: acordo para modificação da competência absoluta, acordo para supressão da primeira instância. (Grupo: Negócio Processual). Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁰⁴ Antônio do Passo Cabral se mostra favorável ao recurso *per saltum* por meio de convenções processuais ao concluir: “O resultado da pesquisa demonstra que, embora exista óbice à supressão da primeira instância, o mesmo não se observa para as instâncias intermédias. É preciso, porém, mirar o direito positivo. No sistema brasileiro, ao contrário de outros países, não é possível interpor recursos especiais, para o STJ, saltando a instância de apelação. Todavia, como não há óbice normativo, é possível a interposição de recurso extraordinário *per saltum*. CABRAL, Antonio do Passo. Recurso per saltum negocial: convenção processual para supressão de instância. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 31, n. 1, p. 2-10, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://revista.trf1.jus.br/trf1/article/view/7>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

judicial, dado que este é cabível somente para indicar erro, obscuridade, contradição ou omissão.¹⁰⁵

Nada impede, em suma, que seja pactuada a renúncia, “ressalvando a possibilidade de oposição de embargos declaratórios, de modo a evitar que o aperfeiçoamento e a integração da decisão fiquem impedidos por conta da convenção”.¹⁰⁶

É importante observar ainda que, em havendo acordo quanto a renúncia, este não faz **coisa julgada aos terceiros não envolvidos no negócio processual**. Posto que somente se vinculam a estes aqueles que o firmaram.¹⁰⁷ Diante disso, pela possibilidade que existe de o terceiro interpor recurso, conforme supradito, não pode este ser afetado pelo pacto, no qual não anuiu expressamente.

Corrobora esse entendimento, o **Enunciado n. 402 do FPPC**¹⁰⁸ ao aduzir que “a eficácia dos negócios processuais para quem deles não fez parte depende de sua anuência, quando lhe puder causar prejuízo”. Resta, dessa forma, intacto o direito de o terceiro buscar seus interesses pela via recursal, por ser pessoa externa à convenção processual das partes.

Por todo o exposto, não se vislumbra óbice quanto a nenhuma dessas opções de negócios processuais abordadas acima, desde que atendam às exigências para tanto. Porém, é possível sustentar ainda uma vedação quanto a tudo isso, com base no **princípio do duplo grau de jurisdição**.

¹⁰⁵ Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. § 1º Aplica-se aos embargos de declaração o art. 229. § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

¹⁰⁶ LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: Jus Podivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

¹⁰⁷ CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 2. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2018.

¹⁰⁸ FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.402. (Art.190) A eficácia dos negócios processuais para quem deles não fez parte depende de sua anuência, quando lhe puder causar prejuízo. (Grupo: Negócios processuais). Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Noutras palavras, seria proibir tais convenções sob o argumento de não observância ao princípio citado, ferindo-o. Este, no entanto, não se trata de uma garantia constitucional. O texto constitucional todavia faz referência a ele, mas sem o garantir. Daí, posto que inexistente garantia constitucional ao duplo grau, pode-se limitar o direito de recorrer, restringindo-o, ou até mesmo, eliminando-o em certos casos.¹⁰⁹ Marinori sustenta “que a finalidade do duplo grau não é a de permitir o controle da atividade do juiz, mas sim a de propiciar ao vencido a revisão do julgado”.¹¹⁰

Deste modo, o que se permite com esse princípio é a possibilidade de ser a demanda revista por um tribunal superior, sem, contudo, ser isso uma obrigação. Fala-se em obrigação exclusivamente para os casos previstos no artigo 496 do CPC¹¹¹, que não se tratam de casos em que a revisão é facultativa, mas de reexame necessário.¹¹²

É de se concluir, dessa forma, que não se vislumbra óbice às convenções supramencionadas. Não constitui fundamento apto o de que existe violação ao princípio do duplo grau de jurisdição nos casos expostos neste tópico. Dado que os recursos decorrem de um ônus processual das partes, ante ao princípio da voluntariedade recursal e a renúncia, ou a limitação de instância, por exemplo, além de não violarem princípios, se traduzem em formas que visam conferir maior celeridade processual e, ainda, evitar recursos de cunhos protelatórios no âmbito dos Tribunais.

¹⁰⁹ NERY JR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 5 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 167-168. Apud LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. *Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal*. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

¹¹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. *A prova, o princípio da oralidade e o dogma do duplo grau de jurisdição*. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/prova_princ%20oralidade_duplo%20grau.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2020.

¹¹¹ Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 28 mai. 2020.

¹¹² O reexame necessário constitui exigência da lei para dar eficácia a determinadas sentenças. Consiste na necessidade de que determinadas sentenças sejam confirmadas pelo Tribunal ainda que não tenha havido nenhum recurso interposto pelas partes. Assim, enquanto não sujeito ao reexame necessário, tais sentenças não poderão ser executadas. Conceito disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/782/Reexame-necessario-Novo-CPC-Lei-n-13105-15>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

5.2.3 Convenções processuais quanto às sustentações orais.

De acordo com o Enunciado n. 21 do FPPC,¹¹³ são admissíveis os seguintes negócios processuais a respeito das sustentações orais: acordo para realização de sustentação oral e acordo para ampliação do tempo de sustentação oral.

Assim, ainda que o dispositivo legal delimite um tempo adequado para que esse ato processual possa ser exercido que, via de regra, é de 15 minutos, por meio de uma pactuação entre os litigantes é possível que o tempo individual seja flexibilizado. Fredie Didier Jr. no tocante ao ponto citou que “um acordo para divisão de tempo na sustentação oral, por exemplo, pode ser celebrado um pouco antes do início da sessão de julgamento no tribunal”.¹¹⁴

Em suma, os casos em que figuram mais de uma parte nos polos atuantes e ambos anseiam por realizarem suas sustentações, o tempo determinado poderá ser diferente, com base no acordo pré-estabelecido. Não se trata de uma situação que demande solenidade ou burocracia, podendo ser definida de forma simples e oral entre as partes, desde que, atentem-se em manter corretamente os direitos um do outro.

5.2.4 Negócios processuais a respeito da suspensão convencional do andamento do recurso.

Nos termos do artigo 313, inciso II, do CPC,¹¹⁵ é possível a suspensão convencional do processo. Dispõe o parágrafo 4º desse dispositivo, que tal suspensão nunca poderá exceder 6 meses. Então, as partes podem convencionar um período específico e, na ausência dessa informação, o Juízo entenderá que optaram pelo

¹¹³ FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.21. (Art. 190) São admissíveis os seguintes negócios, dentre outros: acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado do mérito convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais¹⁷. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC-Rio). Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

¹¹⁴ STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. (Org.) FREIRE, Alexandre (coord.) *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 538.

¹¹⁵ Art. 313. Suspende-se o processo: II - pela convenção das partes. § 4º O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder 1 (um) ano nas hipóteses do inciso V e 6 (seis) meses naquela prevista no inciso II. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 28 mai. 2020.

prazo máximo de suspensão. Contudo, no caso de execução, por exemplo, poderá ocorrer também convenção que defina prazo maior que o delimitado na lei pátria para perdurar a suspensão.

O ministro Luís Felipe Salomão, do e. Superior Tribunal de Justiça, ao proferir decisão no recurso em que as partes requereram a suspensão dele pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, entendeu que “considerando tratar-se de recurso interposto na fase de cumprimento de sentença, aplica-se a regra especial do art. 922, do CPC/2015, que não estabelece limite temporal ao acordo de suspensão do processo de execução”.¹¹⁶ Afirmou que a doutrina tem o mesmo posicionamento e fez uso, inclusive, das respeitáveis lições de Luiz Guilherme Marinori, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero.¹¹⁷

Dessa forma, verifica-se ser altamente lícito e permitido a convenção entre as partes quanto a suspensão do recurso, até mesmo para dilatar a suspensão em tempo maior que o previsto legalmente. Este caso, aliás, ainda que se trate de uma exceção, também prevê amparo legal e não se sujeitará a nenhuma homologação.

Por fim, é importante trazer à baila, que todos os possíveis negócios jurídicos processuais citados, passarão pelo crivo do estado-juiz, ainda que não se submetam os acordos a nenhuma espécie de homologação para que sejam válidos. A atuação do magistrado nesse cenário, destarte, se dará meramente quanto a verificação dessas convenções estipuladas. Visto que não se pode permitir nenhum negócio

¹¹⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Decisão interlocutória na PET no Recursal Especial n. 1.807.702-SP. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Publicado no DJe: 03/03/2020. Quanto ao art. 922 dispõe que: Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação. Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso. BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 22 mai. 2020.

¹¹⁷ O Ministro citou ainda: “Também nesse sentido é a lição de Luiz Guilherme Marinori, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero (in Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, v. II, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015, p. 992): [...] Como regra geral, a suspensão do processo por convenção das partes pode ocorrer pelo período máximo de seis meses (art. 313, §4º, do CPC). Na execução, todavia, esta limitação não se opera, podendo as partes acordar o prazo de suspensão livremente (art. 922 do CPC). A exceção justifica-se porque, comumente, a suspensão da execução é feita para permitir a satisfação extraprocessual da obrigação executada. É comum que, nestes casos, o acordo extrajudicial para o cumprimento inclua a moratória da prestação ou o parcelamento da dívida. Diante disto, seria inconveniente fixar-se prazo para a reativação do processo”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Decisão interlocutória na PET no Recursal Especial n. 1.807.702-SP. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Publicado no DJe: 03/03/2020.

jurídico que ultrapasse os limites razoáveis e proporcionais ou que causem prejuízo às partes.

Oportuna é a lição de Leonardo Greco:¹¹⁸

Não obstante esse poder das partes se contraponha aos poderes do juiz, não deve ser interpretado, de forma alguma, como uma tendência de privatização da relação processual, mas representa simplesmente a aceitação de que aquelas, como destinatárias da prestação jurisdicional, têm também interesse em influir na atividade-meio e, em certas circunstâncias, estão mais habilitadas do que o próprio julgador a adotar decisões sobre os seus rumos e a ditar providências com os objetivos publicísticos do processo, consistentes em assegurar a paz social e a própria manutenção da ordem pública.

Assim sendo, verifica-se que a ampliação dos poderes das partes na resolução das demandas, não detém o condão de retirar do estado-juiz a sua competência de intervir em situações abusivas, por exemplo. Resta necessário se resguardar tanto o poder de autorregramento das partes, quanto a atuação do estado-juiz, com vistas a não permitir a fixação de uma convenção negocial que ultrapasse os limites e impeça uma tutela jurisdicional efetiva.

Considerações finais

Os estudos praticados viabilizaram concluir que as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil no tocante a instituir o modelo cooperativo de processo, foram relevantes ao ordenamento jurídico, ao passo que permitiu melhor participação das partes na resolução de seus conflitos, substituindo o protagonismo expressivo dos magistrados. Isto resultou em proporcionar que as demandas apresentem resultados de forma mais célere, imprimindo maior efetividade jurisdicional.

Conforme demonstrado, o advento do novel diploma possibilitou a fixação de convenções processuais atípicas, considerando que embora não fossem os negócios

¹¹⁸ GRECO, Leonardo. *Os atos de disposição processual – primeiras reflexões. Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais*. São Paulo: RT, 2008. Apud. LORENTZ, Mirella Vargas. Análise crítica e doutrinária acerca do negócio jurídico processual. Minas Gerais, mar. 2019. Migalhas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/298497/analise-critica-e-doutrinaria-acerca-do-negocio-juridico-processual>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

processuais estranhos ao ordenamento, anteriormente, a aplicação se restringia aos negócios típicos, ou seja, aqueles previstos em lei.

Nesse sentido, a ampliação das perspectivas no que tange ao uso dos negócios processuais favoreceu os cenários jurídicos. Entende-se que o princípio da cooperação deve ser captado no sentido de que a solidariedade entre os sujeitos processuais, de modo a incentivar postura ideológica colaborativa, com o intuito de se alcançar o desfecho bem-sucedido do deslinde jurídico, deve se fazer presente cada vez mais no âmbito jurisdicional.

No entanto, não se pode olvidar que os litigantes detêm interesses antagônicos e, certamente, desconsiderar as adversidades existentes entre as partes, seria uma postura inocente, quando se fala em disputas judiciais. Porém, se acredita que o futuro jurisdicional clama por uma consciência participativa, com auxílio mútuo, o que significa dizer que transcorrerá do esforço conjunto das partes envolvidas a construção do resultado esperado, mesmo que a demanda siga para o segundo grau.

Contudo, cabe ressaltar, que apesar de prover autonomia superior às partes, não se eliminou a autoridade do magistrado, figura que se mantém de suma importância à esfera processual. Por isso tudo, em verdade, a pretensão do legislador foi proporcionar a estabilidade normativa, proporcionando um equilíbrio entre os sujeitos que integram as relações jurídicas processuais.

Assim sendo, a idealização do modelo cooperativo processual, requer dos sujeitos envolvidos uma contribuição apoiada no comportamento ético e leal, esclarecido e transparente, com a finalidade de colaborar, principalmente, para a otimização dessas questões procedimentais. Dessa forma, com uma atuação laboral conjunta, será possível alcançar a objetivo processual de conceber finalizações de demandas de feitos mais céleres, econômicos e dotados de efetividade processual.

Levando-se em consideração esses aspectos, a aplicabilidade notável e eficiente dos negócios jurídicos processuais com a intenção de transpor celeridade à resolução dos conflitos, somente será assentada ao passo que sobrevenha transição de filosofia, ideais e condutas por parte dos operadores do direito e dos litigantes. Penso que dos operadores do Direito, principalmente, uma vez que figuram no papel de representar, orientar, esclarecer e incentivar os litigantes a seguirem determinado

caminho, devendo prezar, sempre que possível, pela via colaborativa, seja para autocomposição no tocante ao direito material perseguido, seja em relação a otimizar o procedimento, inclusive o recursal, para um melhor desenlace dos conflitos.

Essa tendência, de acordo com o apresentado, tem sido despertada tanto na classe jurídica brasileira quanto internacional, com o propósito de ascender eficiência jurisdicional sob os moldes dos negócios processuais que são meios significativos para se obter também adaptabilidade, celeridade e flexibilidade das demandas.

No âmbito dos recursos, dado o exposto, capta que as opções de fixar um acordo processual são maiores que se esperava. Por natureza, como relatado, os recursos são conhecidos como atos solenes. No entanto, tais características não obstam a aplicação de convenções processuais a fim de otimizar seu prosseguimento e resolução. Dessa forma, as convenções que envolvem renúncia recursal, por exemplo, ou limitação de instância, são plenamente possíveis, bem como as flexibilizações que podem incidir nos requisitos de admissibilidade, como é o caso da viabilidade de estender a legitimidade de forma consensual.

Certamente, a fim de proteger a segurança jurídica em relação aos recursos, algumas hipóteses são vedadas para incidir acordos processuais, como por exemplo, a flexibilização do cabimento enquanto requisito de admissibilidade. Resta plenamente compreensível que isso aconteça, dado que por ser ampla e genérica a permissão de negócios processuais atípicos, não havendo determinadas vedações refletiria em preocupante insegurança jurídica, devendo ser aplicados com cautela. Isso porque o princípio da efetividade é indissociável do princípio da duração razoável do processo. Não se pode prezar pela celeridade, se tal necessidade interferir na efetividade processual.

Por todos esses aspectos, a finalidade útil se resume em conhecer vieses que norteiam as demandas jurídicas e entender que ainda existe uma extensa trajetória a ser percorrida para que este sistema opere em níveis de excelência. Necessário se faz desenvolver uma cultura de solução consensual de litígios, normalizando as adequações de forma conjunta para seguir de acordo com as particularidades de cada litígio, evitando situações embaraçosas que atrapalham o andamento da demanda.

Portanto, para que isso ocorra é essencial caminhar para modificações quanto a forma de abordagem do conteúdo nas Escolas Jurídicas e entre os operadores do Direito. Em suma, a expectativa é de que com uma melhor ambientação, informações de qualidade e incentivo dos profissionais envolvidos no processo, com o intuito de disseminar as inúmeras possibilidades de acordos processuais em primeira e segunda instâncias, será possível fomentar o uso otimizado e crescente desses instrumentos, proporcionando mais celeridade, organização, economia processual e efetividade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de. *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 293.

_____. Manual dos recursos (livro eletrônico). 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais - Existência, validade e eficácia - Campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 244, p. 4. jun. 2015.

_____. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 289-314.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Direito Processual Civil – Ensaio e Pareceres. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 55. apud. LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso especial n. 1.738.656-RJ. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Publicado no DJe de 05 dez. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Decisão interlocutória na PET no Recursal Especial n. 1.807.702-SP. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Publicado no DJe: 03/03/2020.

CABRAL, Antonio do Passo. Convenções processuais: entre publicismo e privatismo. Tese de Livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2015, p. 240. Apud. DIDIER JR., Fredie. *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

_____. Convenções processuais. 2. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1.

_____. Recurso per saltum negocial: convenção processual para supressão de instância. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 31, n. 1, p. 2-10, 27 mar. 2019.

CADIET, Loïc. Les conventions relatives au procès en droit français. In: Accordi di Parti e Processo. Milano: Giuffrè, 2008, p. 27. apud. NOGUEIRA, Pedro Henrique. Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 93-104. n. 60.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 5.

_____. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 9.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 39-74.

_____. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords.) *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 58.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 541.

_____. *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

_____. Negócios jurídicos processuais atípicos no Código de Processo Civil de 2015. In: Revista Brasileira de Advocacia, vol. 1, ano 1. Flávio Luiz Yarshell (coord.). São Paulo: *Revista dos Tribunais*, abr-jun. 2016, p. 65.

_____. Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 106-107.

DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Teoria dos fatos jurídicos processuais*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 59-60.

DIDIER JR., Fredie. Os Três Modelos de Direito Processual: Inquisitivo, Dispositivo e Cooperativo. In: DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glaucio Gumerato; LEVY, Wilson. (coords.). *Ativismo Judicial e Garantismo Processual*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 207-217.

DINAMARCO, Cândido Rangel; CARRILHO LOPES, Bruno Vasconcelos. *Teoria geral do novo processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. Os prazos recursais. São Paulo, set. 2016. GenJurídico. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/09/07/os-prazos-processuais/>>.

DOURADO, Sabrina. Negócios processuais na esfera recursal. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 531-549.

FACÓ, Juliane Dias. A aplicação do art. 190 do CPC/2015 ao processo do trabalho: compatibilidade dos negócios processuais atípicos com o ordenamento trabalhista. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 249-275.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n. 19. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC- RIO, no V FPPC-Vitória e no VI FPPC-Curitiba) Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.20. (Grupo: Negócio Processual) Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.21. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC-Rio) Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n. 133. Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, Enunciado n.402. (Grupo: Negócios processuais) Disponível em: <<http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>>.

FUX, Luiz. A desistência recursal e os recursos repetitivos. BDJur, Brasília, DF, 10 fev. 2010. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/27102>>.

GARJADONI, Fernando da Fonseca. et al. Teoria Geral do Processo: parte geral: comentários ao CPC de 2015. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2019.

GOUVEIA, Lúcio Grassi de; GADELHA, Marina Motta Benevides. Negócios jurídicos processuais: “libertas quae sera tamen”. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias. (coords.). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 331-351.

GRECO, Leonardo. *Os atos de disposição processual – primeiras reflexões. Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais*. São Paulo: RT, 2008. Apud. LORENTZ, Mirella Vargas. Análise crítica e doutrinária acerca do negócio jurídico processual. Minas Gerais, mar. 2019. Migalhas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/298497/analise-critica-e-doutrinaria-acerca-do-negocio-juridico-processual>>.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. *Prática de recursos no processo civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÉS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1.

MARINONI, Luiz Guilherme. A prova, o princípio da oralidade e o dogma do duplo grau de jurisdição. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/prova_princ%20oralidade_duplo%20grau.pdf>.

MARTINI, Taís Cristina Carrero Zequini. Breves considerações sobre pressupostos recursais no novo Código de Processo Civil. São Paulo, out. 2015. *Caderno de Direito Processual Civil*. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/breves-consideracoes-sobre-pressupostos-recursais-no-novo-codigo-de-processo-civil/>>.

MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano de existência, 14. ed., ver. São Paulo: Saraiva, 2007. p. apud DE ATAÍDE, Jaldemiro Rodrigues. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos

negócios jurídicos processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 289-314.

MITIDIERO, Daniel. O processualismo e a formação do Código Buzaid. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 183, p. 165-194, mai. 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*. 29. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NERY JR., Nelson. Teoria geral dos recursos. 6. Ed. Atual. Ampl. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 49. apud. LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 613-648.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 93-104. n. 60.

PARIZ, Ângelo Aurélio Gonçalves. Os pressupostos de admissibilidade recursal. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/admissibilidade.pdf>>.

REDONDO, Bruno Garcia. Negócios jurídicos processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (coords). *Negócios Processuais*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 391-400.

Reexame necessário - Novo CPC (Lei nº 13.105/15). Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/782/Reexame-necessario-Novo-CPC-Lei-n-13105-15>>

RETES, Tiago Augusto Leite. Limites às convenções processuais na sistemática recursal do processo civil brasileiro. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SENADO FEDERAL. Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>>.

SOARES, Lara Rafaelle Pinho. A vulnerabilidade na negociação processual atípica. In: MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GOÊS, Gisele Fernandes; BRAGA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias. (coords). *Negócios Processuais*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 277-297.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. (Org.) FREIRE, Alexandre (coord.) *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 538.

TALAMINI, Eduardo. Um processo pra chamar de seu: nota sobre os negócios jurídicos processuais. *Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini*, Curitiba, n. 104, out. 2015. Disponível em: <<https://www.justen.com.br/pdfs/IE104/Eduardo-um%20processo-pra-chamar.pdf>>.